



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 5/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a realização de palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, com o tema "**Patriarcado e desigualdade de gênero nas esferas públicas e privadas**", para servidores Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e público externo.

A palestra será realizada online - ao vivo, com carga horária de 02 (duas) horas, no dia 8/3/2022, em horário a ser definido, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

Razão Social: Dayana Mara Pinto

CNPJ: 39.237.067/0001-80

Endereço: Rua Olavo Bilac, 246, Canto, Florianópolis - Santa Catarina

Contato: (48)99952-6844 - Arquivos Feministas / (48)99609-0742 - Dayana / (48)99823-2886 - Janaine

E-mail: arquivosfeministas@arquivosfeministas.page

Tel: (48)99952-6844



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dados Bancários: Agência:0001, Banco0260-
NuPagamentos, Conta34899473-3 (ContaCorrentePF:
Dayana Mara Pinto, CPF:086767966-29)

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento
SEI [0792506](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e
público externo.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade: O evento está previsto no Plano Anual de Capacitações de 2022 e tem como finalidade oportunizar o conhecimento e o debate sobre equidade de gênero, o espaço social da mulher, inclusão e autoestima feminina.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2022, no processo SEI [0000524-66.2022.6.22.8000](#).

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A palestra **Patriarcado e desigualdade de gênero nas esferas públicas e privadas** versa sobre o papel da mulher e a sua importância no contexto social e no mercado de trabalho, as estratégias de combate à violência de gênero e os caminhos para atingir a equidade de gênero. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre palestrante e turma. A intervenção pessoal do palestrante é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa, em casos como esses, que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2. Da escolha do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela palestrante **Dayana Mara Pinto**, cuja formação e qualificações estão descritas em sua proposta (Evento [0792506](#)). Sua formação como pedagoga, sua experiência como co-idealizadora e produtora de conteúdo da plataforma de informações femininas "Arquivos Feministas", sua experiência em relações étnico-raciais e de gênero e sua atuação com recrutamento e seleção de candidatos em programa de trainee e estágio e com diversidade e inclusão a qualificam como **notória especialista** na matéria. Nessa conformidade, considerando que a escolha, segundo o teor do §1º, do art. 25, insere-se no campo da discricionariedade, entende-se que a escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor.

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado pela palestra é de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

A justificativa de preço exigida pelo artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93, está demonstrada na informação conclusiva de valor estimado, juntada no evento [0793855](#).

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 3,500,00 Três mil e quinhentos reais

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Disponibilizar os meios de transmissão da palestras;
3. Controlar a frequência dos participantes;
4. Emitir certificados
5. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização da palestra, conforme descrito na proposta em anexo (SEI[0792506](#)), no dia 08/03/2022;
2. Fornecer material didático digital aos participantes, se for o caso;
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a realização da palestra.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 9, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático no dia 08/03/2022.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista, (Eventos [0792531](#), [0792532](#) e [0792534](#)), portanto apta a contratar com a Administração Pública. Observa-se aqui, que deixamos de juntar a certidão negativa do FGTS, tendo em vista que a empresa individual, não possuindo funcionários

b) Proposta (Evento [0792506](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 21/02/2022, às 20:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0793955** e o código CRC **46514034**.

0000524-66.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000524-66.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COEDE

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO *IN COMPANY* - **Patriarcado e desigualdade de gênero nas esferas públicas e privadas. Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 38 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (COEDE) - [0792301](#) - objetivando à contratação de empresa especializada para palestra "**PATRIARCADO E A MULHER**", na modalidade on-line ao vivo, a ser realizada no dia 8/3/2022.

02. A Solicitação de Contratação 2 ([0792402](#)), na qual a COEDE consta como unidade solicitante e demandante, foi submetida ao secretário da Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade (SAOFC), o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico (PB) da pretensa contratação, consoante Despacho nº 289/2022 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0792454](#)).

03. Com isso, a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

61 ([0793851](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0793855](#)) e o Projeto Básico 5 ([0793955](#)), e ainda instruiu os autos com a proposta da empresa DAYANA MARA PINTO, CNPJ nº 39.237.067/0001-80, juntamente com o conteúdo programático ([0792503](#)).

04. Ainda, o referido PB apresenta a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos (documentos de regularidade fiscal).

05. Para instruir o feito, juntou-se aos autos a regularidade fiscal da empresa com a Receita Federal ([0792534](#)), TST ([0792532](#)) e CNJ ([0792531](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

06. Após, a SEDES remete os autos ao secretário da SGP para sua ciência e avaliação ([0794077](#)), recebendo sua aquiescência para prosseguir com a contratação (0794468).

07. Ademais, o coordenador da COEDE, por meio da SOLICITAÇÃO Nº 16/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE ([0796275](#)), solicita a aprovação do evento pretendido pela Presidência deste Tribunal, uma vez que o plano de capacitações 2022-2023 ainda não foi aprovado pela Alta Administração. Nesse sentindo, também, se manifestou o secretário da SGP no DESPACHO Nº 85 / 2022 - PRES/DG/SGP/GABSGP (0796315).

08. Em observância ao DESPACHO Nº 334 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC (0795434), a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei nº 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE nº 004/08, analisou o Projeto Básico citado e conclui por sua regularidade ([0796305](#)).

09. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0795020](#)), no valor de **R\$ 3.500,00** (três mil e quinhentos reais) para custear a despesa, subentendo-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro, em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

11. Inicialmente, esclarece-se que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

12. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original).

13. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

14. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração a contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original).

15. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

16. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

17. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

18. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU nº 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

19. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração da singularidade, tão somente para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei nº 8.666/93, verbis**:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

20. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

Decisão TCU nº 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

21. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei nº 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; e **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço estão demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Informativo Conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0793855](#)), documento anexo do Projeto Básico, esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

III – CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta com a empresa Dayana Mara Pinto**, CNPJ nº 39.237.067/0001-80, para a realização da **Palestra Patriarcado e desigualdade de gênero nas esferas públicas e privadas**, com carga horária de 02 (duas) horas, no dia 8/3/2022, na modalidade *on line* (ao vivo), com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei nº 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

notadamente, na **Decisão TCU nº 439/1998-Plenário**; e,

b) pela regularidade do Projeto Básico 5 ([0793955](#)), visto estar de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei nº 8.666/93**, no que for aplicável, podendo ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

24. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual. **Apesar disso, tem-se como boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada através de e-mail. O que ainda não está comprovado nos autos pela COEDE. Assim, deve a unidade solicitante da contratação sanar na instrução deste processo tal situação.**

25. O valor total do curso, orçado em R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), abrangendo um público todos servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento uma grande quantidade dos **servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei nº 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

26. Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar estabelecido para a dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c Lei 14.065, de 30 de setembro de 2020).

Submete-se à consideração superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 03/03/2022, às 18:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 03/03/2022, às 18:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0796885** e o código CRC **54582F45**.

0000524-66.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000524-66.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Tribunal Regional Eleitoral

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação. Palestra.

DECISÃO Nº 32 / 2022 - PRES/GABPRES

Visto.

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) solicita a contratação direta da empresa Dayana Mara Pinto para ministrar palestra alusiva ao dia internacional da mulher, por inexigibilidade de licitação ([0794468](#) e [0796275](#)).

Apresentou Estudo Técnico Preliminar ([0793851](#)) e Projeto Básico ([0793955](#)).

A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) manifestou favorável à contratação e concluiu pela regularidade do projeto básico apresentado pela SGP ([0796885](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e opinou pela realização da contratação ([0796915](#)).

Por fim, a Diretoria Geral (DG) manifestou pela ratificação do reconhecimento da inexigibilidade de licitação, aprovação dos estudos técnicos preliminares e do projeto básico, aprovação do preço estimado, autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, adjudicação do objeto à empresa Dayana Mara Pinto e autorização da emissão de nota de empenho em favor da referida empresa, bem como pela autorização da substituição do contrato pela nota de empenho e publicação do respectivo ato apenas no Diário da Justiça Eletrônico ([0797247](#)).

É o relatório.

Conforme esclarecido pela Secretaria de Gestão de Pessoas, a palestra objeto desta contratação compõe o Plano de Capacitações 2022-2023 que se encontra pendente de autorização. Por essa razão, a contratação exige análise desta Presidência ([0796275](#)).

Nos termos das manifestações das áreas técnicas, o caso enquadra-se nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, com fundamento no disposto nos artigos 13, VI e 25, II e § 1º da Lei n. 8.666/93:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso dos autos, a contratação destina-se à realização de palestra com o tema "Patriarcado e desigualdade de gênero nas esferas públicas e privadas", a ser ministrada por ocasião do dia internacional da mulher.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O evento, portanto, caracteriza-se como serviço técnico relativo a aperfeiçoamento profissional pois tem potencial de produzir melhoria nas relações interpessoais dos servidores, bem como no atendimento ao público.

O serviço refere-se a tema específico que atende a particularidades do público alvo, consistente na totalidade dos servidores deste Tribunal. Por tais características, conforme consignado no projeto básico, o objeto da contratação não é repetível, o que reforça seu caráter singular.

Ademais, o Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão n. 439/1998-Plenário, reconheceu o enquadramento das contratações de conferencistas ou instrutores na hipótese de inexigibilidade de licitação:

Estudos desenvolvidos sobre a possibilidade do enquadramento na hipótese da inexigibilidade de licitação para a contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros. Hipótese aceita. Arquivamento.

(Decisão n. 439/98 - Plenário. Processo n. TC 000.830/98-4. Relator Ministro Adhemar Paladini Ghisi. Publicada no DOU de 23/7/1998)

A notória especialização está demonstrada nos termos do projeto básico e demais documentos que instruem os autos, havendo informação de que a empresa administra plataforma de cursos sobre a temática do feminismo e possui profissionais com formação compatível ([0792503](#) e [0793955](#)).

O preço para a realização do serviço é de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Conforme informação da SGP, para avaliação do valor, foi utilizado o critério de comparação com o preço da hora de outras palestras ou cursos contratados pelo Tribunal. Na ocasião foi verificado que o preço está 16,86% (dezesseis inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) abaixo da média dos valores contratados.

Portanto, a documentação e informação dos autos atendem aos requisitos para o reconhecimento da hipótese de inexigibilidade de licitação.

Considerando que o valor da contratação está abaixo do limite previsto para dispensa de licitação, mostra-se viável o acolhimento da proposta de dispensa de formalização de contrato, substituindo-o por nota



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de empenho, nos termos do disposto no art. 62, da Lei de Licitações, com envio de cópia do projeto básico à contratada, para ciência dos respectivos termos, bem como de publicação do respectivo ato apenas no Diário da Justiça eletrônico.

Com essas considerações, acolhendo as manifestações da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral ([0796885](#)), Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade ([0796915](#)) e Diretoria Geral ([0797247](#)), que adoto como parte integrante desta decisão, **decido**:

- 1 - ratificar o reconhecimento da inexigibilidade de licitação declarada pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade ([0796915](#)), nos termos do disposto no art. 25, II, da Lei n. 8.666/93;
- 2 - aprovar os Estudos Técnicos Preliminares ([0793851](#)) e o Projeto Básico n. 5/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0793955](#)), considerado o atendimento aos disposto art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;
- 3 - aprovar o preço estimado ([0793855](#)), observando-se o cumprimento ao item 44 do Anexo da Portaria CNJ n. 101/2021 e do Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;
- 4 - autorizar a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no disposto no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, e da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;
- 5 - adjudicar o objeto à empresa Dayana Mara Pinto - CNPJ: 39.237.067/0001-80 e autorizar a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor total de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
- 6 - autorizar a substituição do contrato pela nota de empenho, com fulcro no [art. 62 da Lei 8.666/93](#), com o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada através de e-mail; e
- 7 - autorizar a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE.

À DG e à SAOFC, para ciência e cumprimento desta decisão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Porto Velho, 7 de março de 2022.

Assinado de forma digital por:

Desembargador KIYOCHI MORI

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **PAULO KIYOCHI MORI, Presidente**, em 07/03/2022, às 18:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0797805** e o código CRC **022BAC0F**.

0000524-66.2022.6.22.8000